

Bruno envia novos pedidos de empréstimo

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), encaminhou nesta semana dois novos projetos à Câmara Municipal de Salvador (CMS). O primeiro deles pede autorização para contratar um empréstimo de R\$ 95 milhões junto à Caixa Econômica Federal, destinado à renovação da frota do Subsistema de Transporte Especial Complementar (STEC). O segundo propõe a criação de uma loteria municipal, nos moldes das já existentes na esfera federal e estadual, como forma de ampliar as fontes de arrecadação da capital baiana.

O projeto referente ao financiamento foi enviado ao presidente da CMS, Carlos Muniz (PSDB). Caso seja aprovado, os recursos viabilizarão a compra de ônibus EURO VI, veículos com

tecnologia de controle de emissões capaz de reduzir significativamente a liberação de poluentes. Atualmente, o STEC conta com 185 veículos que transportam em média 60 mil passageiros por dia (número bem inferior aos 100 mil passageiros registrados em anos anteriores).

Na mensagem encaminhada ao Legislativo, Bruno Reis destacou a importância da renovação da frota para garantir qualidade e confiabilidade ao serviço, além dos benefícios ambientais. “A renovação da frota com ônibus EURO VI apresenta-se como medida imperativa, urgente e necessária. Além de promover a melhoria da qualidade e da confiabilidade dos serviços, esta iniciativa trará ganhos ambientais relevantes”, ressaltou o prefeito no texto.

O chefe do Executivo municipal também protocolou outro pedido: a criação de uma loteria administrada pela Prefeitura de Salvador. De

acordo com a proposta, a arrecadação bruta será destinada, prioritariamente, ao pagamento dos prêmios e ao recolhimento do imposto de renda. O saldo remanescente deverá ser revertido ao município, por meio da outorga variável.

Os recursos arrecadados serão direcionados a áreas como saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura e esportes. Bruno Reis argumenta que a iniciativa busca evitar a evasão de tributos e ampliar a arrecadação municipal.

“Algumas cidades da Bahia têm implantado isso, e o Governo do Estado também implantou. O objetivo é ter casas lotéricas em bairros que não têm loteria federal. E nos mesmos moldes das lotéricas convencionais. Estamos implementando essa modalidade para tentar ter mais uma fonte extraordinária de recursos para investimentos”, afirmou.

O prefeito informou ainda

Foto: Betto Jr / Secom



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), encaminhou nesta semana dois novos projetos à Câmara Municipal de Salvador

que, caso o projeto seja aprovado, a gestão municipal se encarregará não apenas da implantação da loteria, mas também da elaboração de uma legislação voltada ao jogo responsável. Ele pediu que a tramitação ocorra em regime de urgência.

Restaurante - O aniversário de um ano do Restaurante Popular Vida Nova de Pernambuco foi celebrado com cardápio especial nesta

sexta-feira (26), dia em que a comida baiana é tradição no prato do baiano. Iguarias como caruru, vatapá, xinxim de frango, feijão fradinho e farofa de azeite foram servidas para as cerca de 450 pessoas que são atendidas diariamente no equipamento, gerido pela Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre)..

O secretário da Sempre,

Júnior Magalhães, celebrou a data e destacou o impacto social dos restaurantes populares de Salvador. “Ter ofertado quase 100 mil refeições com cada vez mais qualidade, de forma gratuita em um só restaurante, é o nosso maior presente”, pontuou o secretário.

Por mês, o Restaurante Popular Vida Nova de Pernambuco distribui 8.800 refeições.

DOSIMETRIA

Jaques Wagner ironiza possível benefício a Bolsonaro

Foto: Betto Jr / Secom



O LÍDER do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reagiu à declaração do relator do projeto que trata da dosimetria das penas para condenados por tentativa de golpe

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reagiu à declaração do relator do projeto que trata da dosimetria das penas para condenados por tentativa de golpe de Estado, deputado Paulinho da Força (SD-SP). O parlamentar afirmou que a proposta poderá beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão.

Em entrevista à TV Metrô-poles, Wagner ironizou a possibilidade. “No caso da dosimetria para os mandantes, ele pode aumentar, em

vez de 27, coloca 30 anos”, disse, lembrando o julgamento do STF em 11 de setembro que resultou na condenação de Bolsonaro por liderar uma trama golpista em 2022.

O senador defendeu que o foco da punição deve recair sobre os responsáveis pela organização dos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. “Vamos concentrar o peso da punição nos mandantes do crime, em quem pensou em matar o presidente, o vice e o ministro do TSE, em derrubar uma eleição legítima, quem incentivou e financiou aquela baderna do 8 de Janeiro”, afirmou.

Ele fez questão de diferenciar os executores da violência da cúpula que teria or-

questrado os ataques. “Depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, o STF, o que aconteceu no 8 de Janeiro não foi pouca coisa. Mas quem foi lá quebrar, pra mim, foram os ‘bobos da corte’, com diária paga, hotel, a chamada massa de manobra.

Já os mandantes ficaram na arquibancada. Quem quebrou tem que pagar, mas quem mais tem que pagar são os que pensaram, engendraram e financiaram”, concluiu.

O debate foi reacendido após Paulinho da Força afirmar que seu parecer sobre o chamado PL da Dosimetria incluirá todos os condenados, inclusive Bolsonaro. “O Bolsonaro vai ser beneficia-

do com isso. Não tem como fazer um projeto que beneficie todo mundo e deixa o outro de fora”, disse. Segundo o relator, a ideia é substituir a anistia ampla, defendida pelo PL, por redução das penas, o que, em sua visão, traria “pacificação” ao país.

Paulinho se reuniu com a bancada do PT e confirmou a intenção de contemplar Bolsonaro. A posição irritou parte dos parlamentares do PL, que exigem anistia geral e irrestrita. Deputados como Luciano Zucco (PL-RS) e Caroline de Toni (PL-SC) rejeitaram qualquer negociação que não envolva perdão total. Já o líder do partido, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), tentou reduzir o tom e elogiou a postura do relator.

Processos da Operação Faroeste têm novas movimentações no STJ

O processo já está em fase de coleta de depoimentos e apresentação das defesas

MATEUS SOARES
REPORTER

A Operação Faroeste, que apura um suposto esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), volta a ter movimentações nos próximos meses. O relator dos processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, agendou para outubro e novembro as oitivas de testemunhas ligadas às desembargadoras rés na Ação Penal 985.

O processo já está em fase de coleta de depoimentos e apresentação das defesas.

Em setembro, houve de-

cisões que movimentaram a ação. O Ministério Público Federal (MPF) sustenta que as provas reunidas até agora confirmam a denúncia aceita pelo STJ. Já as defesas procuram reforçar suas estratégias com documentos e testemunhos.

A ex-presidente do TJ-BA, Maria do Socorro Barreto Santiago, teve negado o pedido para que suas testemunhas fossem ouvidas entre 24 e 28 de novembro. O ministro manteve as audiências previstas para 1º a 5 de dezembro, lembrando que a magistrada conta com mais de um advogado. Ele, no entanto, admitiu a possibilidade de reavaliar a solicitação durante as sessões. Og

Fernandes também autorizou a substituição de testemunhas, homologando desistências e inclusões.

No caso do juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, foi rejeitado o pedido de devolução de prazo, sob o entendimento de que a ação penal segue regularmente. Outra decisão foi a autuação, em processo separado, de uma petição apresentada por Amanda Santiago Andrade Sousa. Já os recursos interpostos por Maria do Socorro e Sérgio Humberto foram encaminhados ao MPF para análise, sem mudanças nas determinações anteriores.

Durante o andamento da ação, foi registrada ainda a morte do réu João Carlos San-

tos Novaes, advogado próximo a Adailton Maturino, conhecido como “quase-cônsul” da Guiné Bissau. A certidão de óbito, no entanto, ainda não foi anexada aos autos.

Paralelamente, outro processo de grande repercussão segue em análise. Ação Penal 987 será julgada pela Corte Especial do STJ em sessão virtual de 15 a 21 de outubro.

Entre os réus estão a desembargadora Lígia Maria Ramos Cunha Lima, seus filhos, os advogados Arthur Gabriel Ramos Barata Lima e Rui Carlos Barata Lima Filho, além do servidor Julio Cesar Cavalcanti Ferreira, primeiro a delatar o esquema.



O MINISTRO Og Fernandes agendou para outubro e novembro as oitivas de testemunhas ligadas às desembargadoras rés na Ação Penal 985

Caetano provoca ACM Neto: ‘Acho que não vai ser candidato’

MATEUS SOARES
REPORTER

O prefeito de Camaçari, Luiz Caetano (PT), afirmou nesta sexta-feira (26), em entrevista à rádio Sociedade FM, que o ex-prefeito ACM Neto (União Brasil) não deve disputar novamente o governo da Bahia no próximo ano. “Eu acho que o nosso opositor não vai ser candidato a governador. Ele está perdendo o pouco que tinha de apoio entre os prefeitos. A relação dele com os aliados é muito ruim”, avaliou.

O petista criticou a forma

como Neto teria conduzido alianças políticas e citou como exemplo o ex-prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo (União Brasil), que chegou a ser cotado para compor a chapa majoritária em 2022, mas acabou preterido. “Ele convidou e depois trocou. Isso não é jeito de tratar quem está ao seu lado”, afirmou Caetano.

Por outro lado, Caetano exaltou a postura de Jerônimo Rodrigues (PT), seu aliado, e do grupo liderado pelo governador. “Muitos prefeitos que estavam do lado de lá estão vindo para o lado de cá porque estão vendo os braços

abertos do governador Jerônimo. Isso mostra a diferença de postura e de projeto”, disse.

Na ocasião, o prefeito destacou a força da base governista, formada por lideranças como Jerônimo, Rui Costa (PT), Jaques Wagner (PT) e Otto Alencar (PSD). “É um time experiente, liderado por Jerônimo, Rui, Wagner e Otto. Todo mundo de cabeça branca, com muita bagagem e trabalhando firme pela Bahia”, contou.

Caetano também ressaltou a continuidade entre as gestões do PT no estado baiano.

OCTAVIO GUEDES
G1

O mundo político, em especial no Rio de Janeiro, está de cabelo em pé com a segunda fase da Operação Cadeia de Carbono. A ação, deflagrada pela Receita Federal e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na refinaria Refit (antiga Mangueiros), reteve quatro navios com mais de 91 milhões de litros de diesel — dois nesta sexta-feira (26) no Rio e em Santos e outros dois

na semana passada.

O motivo da apreensão política, segundo a apuração, é a suspeita de que a empresa funcione como uma “refinaria fantasma”, fingindo produzir combustível para sonegar impostos de importação em um esquema bilionário.

Os cabelos estão em pé, segundo a apuração, é pela ligação do dono da refinaria, Ricardo Magro, com grandes figuras da política nacional. Ele mora desde 2016 nos Estados Unidos e sempre foi muito ligado ao mundo político, de partidos da esquerda e de direita. A tese investigada é simples e bilionária: a Refit

não estaria produzindo combustível. Ela apenas importaria diesel e gasolina e, por meio de simulações fiscais, fingiria que o produto foi refinado em suas instalações. Com isso, a empresa, considerada uma devedora contumaz, não pagaria os tributos de importação que incidem sobre o combustível que chega do exterior.

Sanções - O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, disse que a Corte não descarta uma reação contra as sanções determinadas pelo governo dos Estados Unidos contra integrantes do tribunal.